

SESSÃO DE ABERTURA do IX ENCONTRO ANUAL DO CSM  
12.SETEMBRO.2014  
DISCURSO DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ,  
DR. JOÃO ATAÍDE DAS NEVES

Muito bom dia. Saúdo com particular satisfação todos os presentes mas, em especial, permitam-me uma saudação especial ao Senhor Presidente do Supremo Tribunal da Justiça, Senhor Conselheiro Henriques Gaspar; uma saudação ao Senhor Secretário de Estado da Justiça, Senhor Embaixador Costa Moura; à Senhora Procuradora Geral da República, Dr<sup>a</sup>. Joana Marques Vidal; à Senhora Bastonária, sejam bem-vindas, obrigado por estarem connosco, aos Senhores Presidentes dos Tribunais da Relação do Porto, de Coimbra, de Lisboa, de Évora e de Guimarães. Uma saudação aos Senhores Vogais do Conselho Superior da Magistratura, sendo que, com a maior parte deles tive o privilégio de partilhar longos anos no exercício da profissão da Magistratura; uma saudação ao Senhor Procurador Distrital; a todos, Senhores Conselheiros, Senhoras e Senhores Desembargadores, Senhoras e Senhores Juízes, a todos, sejam bem-vindos à Figueira da Foz!

É para nós um privilégio acolher este 9º Encontro Anual do Conselho Superior da Magistratura para uma reflexão de tanta importância e de tanta actualidade: “Nova organização Judiciária, desafios e dificuldades!”, um problema sempre presente, de ontem, de hoje e seguramente de amanhã mas, para nós, é uma honra receber-vos a todos na nossa cidade. Temos um particular orgulho de receber, um particular orgulho da beleza da nossa cidade e gostamos de partilhar com todos e que todos se sintam bem na nossa cidade.

(...) Lanço-vos o desafio para desfrutarem deste espaço, da cidade. Hoje formalmente (...) será também o dia de inauguração desta unidade hoteleira. (...)

Os desafios e as dificuldades são naturalmente estimulantes e, o Conselho Superior da Magistratura, tal como nós, todos os dias tem os seus desafios e terá as suas dificuldades.

\*\*

Este concelho caracteriza-se por ter 14 freguesias, cerca de 62.000 habitantes; tem uma capacidade industrial reconhecida, talvez a 3ª maior da Região Centro; é a maior do distrito, tem uma facturação que ascende e ultrapassa os dois mil milhões por ano, fortemente ligada à indústria do papel, plástico e agora também a afirmar-se no sector agro-alimentar e da transformação de peixe e pescas. Felizmente dá sinais de vitalidade e crescimento, o que é bom, e isto tem um pouco a ver com os desafios que se lançam em relação à justiça.

Na nova organização judiciária, não perdemos nem ganhámos! Continuamos com o Tribunal de Família, com o Tribunal do Trabalho, mantemos as unidades de crime e cível, a necessária especialização; perdemos o Tribunal de Círculo em troca de duas grandes instâncias.

Vou-me cingir aos aspectos que têm a ver com a Comunidade e os Tribunais (...).

O Tribunal tem um especial significado especial para as Comunidades ao longo dos tempos e não é só mais uma Instituição de serviço público, é uma instituição distinta, de qualidade.

Verifica-se que ao longo dos tempos, quando foi da atribuição dos forais, e quando foi o reconhecimento da capacidade e da autonomia administrativa de gestão dos Concelhos, o dar ou não capacidade de gerir a justiça era um acto de reconhecimento de mérito aos respectivos Concelhos. É por isso que ainda hoje muitos jornais locais têm expressões como “Jornal da Comarca”, “Tribuna da Justiça” e outras expressões deste género.

Aquando desta organização judiciária foram sentidos os apelos dos Senhores Presidentes de Câmara para que mantivessem os tribunais em exercício nas suas Comunidades por esta questão simbólica, porque a Comunidade e as Autarquias sentem que perdem quando são descaracterizadas ou desqualificadas em termos de gestão de justiça.

É evidente que há algum distanciamento e houve, ao longo dos tempos. A opção hoje não será esta e em particular com esta organização judiciária- entre a administração da justiça e a Comunidade.

Vamos com certeza dar um papel em frente.

É seguramente um grande desafio que fica aqui lançado ao CSM, - talvez o maior deles -, esta nova organização judiciária é um virar de pág., significa também ela simbolicamente, uma nova postura dos Tribunais perante a Comunidade.

Realço aqueles que em particular têm a ver com a vida dos cidadãos. Em primeiro, o carácter gestor, ou seja, uma gestão em função de objectivos, muito centralizada no Presidente da Comarca, passa a ser também, de alguma forma, uma maneira de comunicar com a Comunidade. As Comunidades gostam de saber como é que está a gestão dos Tribunais e sentem-se particularmente satisfeitas quando têm uma justiça pronta, eficaz e eficiente, mesmo que se mantenha o papel de distanciamento que se pretende e pretenderá sempre em relação à administração da justiça.

Fica aqui também o papel de interacção ente o Presidente da Comarca e a Comunidade.

Será particularmente vincado no Conselho Consultivo, Conselho de Comarca na anterior reforma. Registo com agrado a participação de quatro elementos – julgo que é pouco, mas enfim - no Conselho Executivo. Na minha perspectiva ainda continua excessivamente corporativo.

Não o digo para alargar necessariamente às Autarquias mas há muitas instituições que trabalham também na área da justiça (lembro-me por exemplo da Segurança Social, do Instituto do Trabalho e uma série de entidades de carácter alargado e regional, que podem interagir no âmbito do Consultivo.

Outro papel que julgo particularmente importante - mas também já vi que está na vossa agenda-, é a Comunicação, ou seja, a apresentação do relatório de actividades e a explicação que deve ser dada ao cidadão comum, da forma como está a ser gerida e administrada a justiça.

Acho que o excesso de opacidade pode ser prejudicial a uma boa percepção do que é a administração da justiça. Porque creiam, Senhores juízes, - podem ter a certeza,- que a nossa Magistratura é altamente prestigiada e estimada pela Comunidade e portanto, quanto mais não seja por isso, merece da nossa parte uma particular atenção e particular cuidado, explicativo às vezes, até.

Porque as cifras que vêm muitas vezes nas sondagens não correspondem, necessariamente, à opinião que a Comunidade tem em relação aos Tribunais.

Por isso, fico particularmente satisfeito, nestas vestes de Autarca, em ver estes avanços significativos de interacção entre os Tribunais e a Comunidade, e deixo aqui uma nota de esperança e estou perfeitamente convencido que, com este espírito e com esta nova cultura judiciária, seguramente avançaremos na boa e eficaz e gestão da justiça.

Muito obrigado.